

Relatório da Administração

EXERCÍCIO 2025

OZN HEALTH



Manaus, 27 de março de 2026 - A OZN Health SPE S.A. (“Companhia” ou “OZN”), concessionária responsável pela construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais no Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz (“Hospital Delphina Aziz” ou “Hospital”), localizado em Manaus, AM, apresenta o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, alinhadas às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e estão acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Destaques de 2025

Desempenho operacional consistente em 2025, com crescimento de 5,1% de receita, margem EBITDA de 63,5% e importantes marcos institucionais em 2025

- **Taxa média de ocupação de 85,1% em 2025**, variação de 1,5 p.p. em relação a 2024 e realização de **37,5 mil cirurgias no ano**, representando um crescimento de 64,5% sobre o ano anterior. Resultado esse decorrente da intensificação da realização de procedimentos eletivos (“bata branca”) ao longo dos últimos trimestres.
- **Receita Líquida de R\$ 235,4 milhões em 2025**, crescimento de 5,1% frente a 2024, impulsionado pelo desempenho operacional consistente e pela manutenção dos indicadores de performance em patamares elevados.
- **EBITDA Ajustado de R\$ 149,5 milhões (margem de 63,5%)**, redução de 22,6% em relação a 2024, em função do reconhecimento, no exercício anterior, de crédito tributário extraordinário e estorno de impostos diferidos sobre Ativo Financeiro¹ no montante de R\$ 97,9 milhões. Desconsiderando esse efeito não recorrente, o EBITDA Ajustado apresentaria crescimento de 7,1%, refletindo eficiência operacional e disciplina na gestão de custos.
- **Dívida líquida ajustada de R\$ 341 milhões**, sustentada pela sólida geração de caixa da Companhia e por uma estrutura de endividamento integralmente composta por debêntures de longo prazo.
- **Índice de Qualidade (IQ) médio manteve-se em 98,4%**, reforçando a excelência operacional e a satisfação dos usuários.
- **Conquista da certificação ONA Nível 3 pelo Hospital Delphina Aziz**, a mais alta acreditação hospitalar do Brasil e inédita em hospitais públicos do Estado do Amazonas, obtido com o apoio da Companhia.
- **Obtenção do registro de companhia aberta na categoria “B” da CVM** e atribuição de rating “A (bra), perspectiva estável” pela Fitch Ratings, fortalecendo a estrutura de governança e o acesso a mercado de capitais.
- **Realização do primeiro transplante de fígado da rede pública do Amazonas**, ocorrido em novembro de 2025 no Hospital Delphina Aziz.

¹ Refere-se a ação judicial, transitada em julgado em 2024, que contestou a cobrança de PIS/COFINS pagos entre 2017 e 2022, pelo fato de a Companhia estar situada na Zona Franca de Manaus, a qual é isenta desses tributos.

- Inclusão do Hospital Delphina Aziz entre as 14 unidades integrantes da Rede Nacional de Hospitais e Serviços de Saúde Inteligentes e Medicina de Alto Padrão do SUS, iniciativa voltada à promoção de inovação e excelência na rede pública de saúde.
- **Celebração dos 5 anos de atuação da Opy no Hospital Delphina Aziz**, com realização de atividades de integração entre colaboradores e terceiros, reforçando a cultura organizacional e o foco em bem-estar.

	31/12/2025	31/12/2024	Δ
--	------------	------------	---

Indicadores Operacionais

	31/12/2025	31/12/2024	Δ
Taxa de ocupação	85,1%	83,6%	1,5 p.p.
Fator de desempenho (IQ)	98,4%	98,4%	0,0 p.p.
# Cirurgias (milhares)	37,5	22,8	64,5%
# Atendimentos ambulatoriais (milhares)	195,0	148,7	31,1%
# Refeições servidas (milhares)	1.559,3	1.544,0	1,0%

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Indicadores Financeiros

	31/12/2025	31/12/2024	Δ
Receita Líquida ajustada	235.430	224.061	5,1%
EBITDA ajustado (s/ Crédito Tributário) ¹	149.485	139.532	7,1%
<i>Margem EBITDA ajustada</i>	63,5%	62,3%	1,2 p.p.
Dívida Líquida	341.015	395.977	-13,9%
Dívida Líq./EBITDA ajustado (s/ Créd. Trib.) ¹	2,3x	2,8x	-0,6x

Mensagem da Administração

O ano de 2025 marcou mais um capítulo importante na trajetória da OZN. Ao longo do período, a Companhia manteve sólidos resultados operacionais e financeiros, reforçando seu compromisso com a eficiência na gestão, a excelência na prestação de serviços e a geração contínua de valor ao Poder Concedente e à sociedade.

A consistência desses resultados reflete a atuação responsável da Companhia na gestão do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, principal hospital da rede pública do Amazonas. Entre os reconhecimentos externos obtidos no período, **destaca-se a acreditação Nível 3 (Ouro) concedida pela Organização Nacional de Acreditação (ONA), o mais alto nível de certificação hospitalar no país**, que atesta a maturidade e qualidade da operação da unidade.

A qualidade da operação também se evidencia nos indicadores de satisfação dos usuários e demais públicos atendidos. Em 2025, os índices de **Customer Satisfaction Score (CSAT) e Net Promoter Score (NPS) permaneceram acima de 90%**, refletindo elevados níveis de satisfação e confiança nos serviços prestados. A performance operacional segue alinhada aos objetivos de eficiência do atendimento hospitalar, contribuindo para a qualidade dos serviços oferecidos e para a sustentabilidade do modelo de concessão.

No campo institucional, a Companhia alcançou importantes avanços em sua estrutura de governança e relacionamento com o mercado de capitais. Em 2025, a OZN obteve **o registro de companhia aberta na categoria “B” da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**, marco

relevante no processo de fortalecimento de suas práticas de transparência, governança, gestão e disciplina regulatória.

Adicionalmente, a Companhia recebeu o **rating “A (bra), perspectiva estável”, atribuído pela Fitch Ratings**. A classificação reflete a sustentabilidade financeira da Companhia, a consistência na execução de sua estratégia e a robustez de seus mecanismos de governança, compliance e controles internos, além de evidenciar a confiança do mercado na capacidade da Companhia de honrar seus compromissos e manter desempenho operacional sólido no longo prazo.

Esses avanços reforçam o compromisso da Administração com a **evolução contínua da OZN, pautada por gestão responsável, busca permanente por excelência e geração de valor**, garantindo condições para o crescimento sustentável da organização e ampliando nossa contribuição para a saúde pública no Amazonas.

O Grupo Opy

O Grupo Opy completou seis anos de atuação em 2025, consolidando-se como uma das principais plataformas de gestão de infraestrutura hospitalar e serviços não assistenciais do país, com o propósito de possivelmente expandir sua atuação, nos próximos anos, para novas frentes de infraestrutura social.

Fundada em 2020, a **Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. (“Opy” ou “Opy Health”)**, controladora da Companhia, evoluiu rapidamente e atualmente opera três unidades hospitalares sob a modalidade de Parceria Público-Privada (PPP), localizadas nas cidades de Manaus (AM), Belo Horizonte (MG) e Palmas (TO).

Além disso, ao longo de 2025, a Opy manteve dois contratos privados celebrados pela Opy Serviços Hospitalares S.A. com a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, voltados à gestão de serviços não assistenciais no Hospital Municipal Aparecida de Goiânia Íris Rezende Machado (HMAP) e no Hospital de Urgência de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (HUGO), respectivamente, nas cidades de Aparecida de Goiânia e Goiânia (GO).

Durante o terceiro trimestre de 2025, após ter contribuído por 16 meses para a recuperação e a estabilização da qualidade das operações do HUGO – anteriormente impactadas por dificuldades financeiras e de gestão – foi assinado Termo de Resilição do contrato de prestação de serviços no hospital, encerrando a parceria em comum acordo e permitindo à OPY concentrar esforços em ativos com maior retorno e sinergia estratégica.

Adicionalmente, em 18 de junho de 2025, representantes do poder público, dirigentes e colaboradores da Opy acompanharam a **perfuração da primeira estaca das fundações do futuro Hospital da Mulher e Maternidade Estadual (HMME), empreendimento decorrente da Parceria Público-Privada (PPP) firmada entre a Opy e o Governo do Tocantins, após vitória da Companhia, em agosto de 2024, no leilão de concessão administrativa para construção e operação do projeto.**

A construção é coordenada pela Infraser Gerenciadora S.A., empresa criada pela OPY em 2025 com o objetivo de estruturar, administrar e fiscalizar os projetos de engenharia associados à incorporação de novos ativos ao portfólio do Grupo.

Com prazo contratual de 30 anos, o projeto do HMME contempla a construção do hospital e, posteriormente, a gestão, equipagem, manutenção e operação dos serviços não assistenciais da unidade. O empreendimento foi concebido para se tornar, a partir da cidade de Palmas, uma das principais referências no atendimento a mulheres pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Após a conclusão das obras, previstas para ocorrer em aproximadamente 24 meses, o HMME, com seus **210 leitos, passará a integrar o portfólio hospitalar da Opy no segmento de PPPs, ampliando a presença da companhia no setor de infraestrutura social no país.**

Perfil da Companhia

A OZN Health é a **concessionária responsável pela construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais** do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, localizado em Manaus (AM).

Criada em 30 de abril de 2013 e adquirida pela Opy em 2020, a Companhia mantém contrato de concessão administrativa com o Governo do Estado do Amazonas com vigência até 2033, podendo ser prorrogado até 2048, nos termos do contrato.

O Hospital Delphina Aziz é o maior da região Norte e uma das principais referências na política pública de saúde do Estado. Em 2025, destacou-se pela realização de transplantes renais e hepáticos, consolidando-se como o maior centro transplantador da região. O hospital também oferece atendimentos de alta complexidade e disponibiliza serviços de apoio diagnóstico e terapêutico essenciais à rede pública do Estado.

A operação do hospital combina eficiência financeira, excelência operacional e foco na humanização do atendimento – pilares que sustentam a reputação da OZN como uma das PPPs mais bem-sucedidas do país no setor de infraestrutura hospitalar.

O Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz

O Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz desempenha papel essencial na rede pública de saúde do Estado do Amazonas, atuando como referência no atendimento aos pacientes do SUS — muitos dos quais em situação de vulnerabilidade social e com acesso limitado a serviços de alta complexidade.

Nesse contexto, a atuação da Opy na gestão da infraestrutura e dos serviços não assistenciais tem contribuído para ampliar a eficiência operacional da unidade e apoiar a expansão da capacidade assistencial do hospital, refletida no aumento do volume de consultas, exames, cirurgias e demais procedimentos realizados.

Esse modelo de gestão também contribui para elevar o padrão dos serviços oferecidos, refletindo-se, entre outros indicadores, nos elevados níveis de satisfação registrados pelos usuários do Hospital.

Com 352 leitos – sendo 100 de UTI – 11 salas de cirurgia e 27 consultórios ambulatoriais, o Hospital Delphina Aziz possui aproximadamente 32 mil m² de área construída distribuídos em sete pavimentos.

Em 2025, foram realizadas 12,9 mil internações, 37,5 mil cirurgias, incluindo 126 transplantes, 280 mil exames de imagem, 1,8 milhão de exames laboratoriais, 195 mil consultas ambulatoriais e 1,5 milhão de refeições servidas, com uma taxa de ocupação média de 85,1%.

Destaca-se ainda que, em novembro de 2025, o hospital passou a realizar transplantes de fígado, marco relevante na evolução da complexidade assistencial da unidade e na ampliação da oferta de serviços de alta especialização à população do Amazonas.



Nosso edifício tem 7 andares



352 leitos disponíveis



32 mil m² de área construída



100 leitos de UTI



11 salas de cirurgia



27 consultórios ambulatoriais

Esses resultados evidenciam a importância de uma gestão não assistencial eficiente, capaz de oferecer todo o suporte necessário às equipes clínicas de contribuir diretamente para a melhoria da experiência de pacientes e acompanhantes.

Desempenho operacional e financeiro

No comparativo entre 2025 e 2024, o OZN apresentou um **crescimento de 7,5% na Receita Líquida, alcançando R\$ 251,2 milhões**. O avanço reflete a manutenção da contraprestação máxima, sustentada pelo elevado desempenho operacional da Companhia e pelo reajuste da cesta de índices (IPCA, IGP-M e IAC) aplicado em maio de 2025.

O Lucro Bruto somou R\$ 189,5 milhões, crescimento de 8,4% em relação ao ano anterior, com margem bruta de 75,4%, reforçando o padrão de eficiência operacional e controle de custos.

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

	31/12/2025	31/12/2024	Δ
Receita Bruta	263.488	243.765	8,1%
Receita de operação	144.750	138.702	4,4%
Receita de remuneração do ativo de concessão	108.290	96.644	12,1%
Receita de construção	10.307	8.337	23,6%
Outras Receitas	141	82	72,0%
Impostos e deduções	(12.331)	(10.085)	22,3%
Receita líquida	251.157	233.680	7,5%
Custos operacionais	(61.663)	(58.871)	4,7%
Lucro Bruto	189.494	174.809	8,4%
<i>Margem bruta</i>	<i>75,4%</i>	<i>74,8%</i>	<i>0,6 p.p.</i>
Despesas gerais e administrativas	(49.116)	(50.975)	-3,6%
Outras despesas (receitas) operacionais	-	100.829	-100,0%
Resultado financeiro	(20.639)	11.695	-276,5%
Imposto de renda e contribuição social	(36.305)	(41.336)	-12,2%
Resultado líquido	83.434	195.022	-57,2%
EBITDA	155.176	239.461	-35,2%
EBITDA Ajustado	149.485	193.148	-22,6%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>63,5%</i>	<i>86,2%</i>	<i>-22,7 p.p.</i>
EBITDA Ajustado (s/ Crédito Tributário)	149.485	139.532	7,1%
<i>Margem EBITDA Ajustada (s/ Crédito Tributário)</i>	<i>63,5%</i>	<i>62,3%</i>	<i>1,2 p.p.</i>

EBITDA e EBITDA Ajustado

O **EBITDA Ajustado** atingiu **R\$ 149,5 milhões em 2025**, representando queda de **22,6%** frente ao ano anterior.

Essa variação decorre, principalmente, do reconhecimento em 2024 de crédito tributário extraordinário referente a ação judicial transitada em julgado, que contestou a cobrança de PIS/COFINS pagos entre 2017 e 2022, em razão de a Companhia estar localizada na Zona Franca de Manaus, região beneficiada por regime tributário diferenciado.

Desconsiderando esse efeito não recorrente registrado em 2024, o EBITDA ajustado apresentaria um crescimento de 7,1%, impulsionado principalmente pelo aumento da receita operacional e pela manutenção dos indicadores de desempenho em patamares elevados.

A **Margem EBITDA Ajustada**, desconsiderando o impacto do crédito reconhecido em 2024, apresentou crescimento de **1,2 ponto percentual**, evidenciando a solidez da operação e a disciplina na execução das atividades, mesmo em um cenário de pressão de custos.

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

EBITDA	31/12/2025	31/12/2024	Δ
Resultado antes dos impostos	119.739	236.358	-49,3%
(+) Resultado financeiro, líquido	20.639	(11.695)	-276,5%
(+) Depreciação e amortização	14.798	14.798	0,0%
EBITDA²	155.176	239.461	-35,2%
Itens de ajuste do EBITDA			
(-) Receita de construção	(10.307)	(8.337)	23,6%
(+) Baixa ativo financeiro pela concessão	102.870	95.362	7,9%
(-) Receita de remuneração do ativo financeiro	(108.290)	(96.644)	12,1%
(-) Estorno efeito provisão PIS e COFINS diferido sobre ativo financeiro	-	(44.293)	-100,0%
(+) Custo de construção	10.036	7.598	32,1%
EBITDA Ajustado³ (A)	149.485	193.148	-22,6%
Receita Líquida Ajustada (B)	235.430	224.061	5,1%
Margem EBITDA Ajustada (A) / (B)	63,5%	86,2%	-22,7 p.p.
EBITDA Ajustado³	149.485	193.148	-22,6%
(-) Crédito tributário extraordinário	-	(53.616)	-
EBITDA Ajustado (s/ Crédito Tributário)	149.485	139.532	7,1%
Receita Líquida Ajustada	235.430	224.061	5,1%
Margem EBITDA Ajustada (s/ Crédito Tributário)	63,5%	62,3%	1,2 p.p.

Receita

A Companhia considera como Receita Bruta Ajustada a contraprestação pública faturada ao Poder Concedente, revertendo os efeitos contábeis ao ativo financeiro da concessão.

Com base nesse critério, a Receita Líquida Ajustada atingiu **R\$ 235,4 milhões em 2025, crescimento de 5,1% em relação a 2024**, devido à manutenção da performance da Companhia em níveis elevados nos indicadores operacionais, e garantindo o recebimento da contraprestação máxima prevista no contrato de concessão.

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

Receita Líquida Ajustada	31/12/2025	31/12/2024	Δ
Receita Bruta	263.488	243.765	8,1%
(-) Receita de remuneração do ativo da concessão	(108.290)	(96.644)	12,1%
(-) Receita de construção	(10.307)	(8.337)	23,6%
(+) Baixas do ativo financeiro pela concessão	102.870	95.362	7,9%
(-) Impostos sobre a receita	(12.331)	(10.085)	22,3%
Receita Líquida Ajustada	235.430	224.061	5,1%

² O EBITDA (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o “LAJIDA” (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com suas demonstrações financeiras.

³ O EBITDA Ajustado significa, em relação ao período de 12 (doze) meses anterior à respectiva data de apuração, o somatório: do lucro/prejuízo antes de: (a) impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (b) despesas de depreciação e amortização, (c) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. Devem ser excluídos deste cálculo: (1) as receitas de remuneração de ativo financeiro, (2) as receitas de construção, baixas do ativo financeiro pela concessão ou pela remuneração, impostos sobre o ativo financeiro, e (3) custo de construção. Trata-se de uma métrica financeira que reflete a lucratividade operacional da Companhia, excluindo itens não recorrentes e/ou que não tem impacto de caixa, deste modo, representando o resultado sem o efeito que pode ser afetado por esses ganhos e perdas.

Custos e Despesas

Em 2025, os **custos com serviços prestados** totalizaram **R\$ 61,7 milhões**, um aumento de 4,7% em relação ao exercício anterior. Esse crescimento deve-se principalmente à elevação dos gastos com serviços, melhorias e manutenção das obras civis (“retrofit”) no Hospital⁴.

As **despesas gerais e administrativas** totalizaram no ano **R\$ 49,1 milhões**, redução de 3,6% em relação a 2024, reflexo de redução dos gastos com consultoria para emissão da dívida, além de menores gastos com viagens, ações institucionais e materiais de consumo, priorizando a eficiência e a otimização de recursos sem comprometer a qualidade dos serviços.

Além disso, a linha de Outras Receitas Operacionais foi impactada em 2024, basicamente pelo crédito extraordinário da ação do PIS/COFINS (R\$ 53,6 milhões) e estorno de impostos diferidos sobre Ativo Financeiro, também relacionado à ação (R\$ 44,3 milhões), conforme já mencionado anteriormente.

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

Custos e despesas por natureza	31/12/2025	31/12/2024	Δ
Gasto com pessoal	(20.665)	(19.942)	3,6%
Serviços de terceiros	(48.823)	(49.620)	-1,6%
Manutenção e Limpeza hospitalar	(12.730)	(13.451)	-5,4%
Depreciação e amortização	(14.798)	(14.798)	0,0%
Consumíveis e outros	(1.761)	(2.112)	-16,6%
Ajuste a valor presente (a)	-	845	-100,0%
Crédito extemporâneo e estorno de PIS e COFINS diferidos (b)	-	97.908	-100,0%
Outras despesas (receitas) operacionais	(1.966)	(249)	689,6%
Materiais e serviços de obra	(10.036)	(7.598)	32,1%
Total	(110.779)	(9.017)	1128,6%
Custo de serviço prestado	(61.663)	(58.871)	4,7%
Despesas gerais e administrativas	(49.116)	(50.975)	-3,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	-	100.829	-100,0%

Resultado Financeiro e Endividamento

Em 2025, o resultado financeiro líquido apresentou despesa **R\$ 20,6 milhões**, comparado a receita de R\$ 11,7 milhões registrada em 2024, exercício em que também foi impactada pelos créditos tributários supracitados.

Desconsiderando esse efeito, o aumento decorre, sobretudo, dos juros das debêntures emitidas pela Companhia para otimização da estrutura de capital adquirida no final de 2024, parcialmente compensados por receitas financeiras de mútuos e atualizações da taxa SELIC sobre créditos tributários.

A **Dívida Líquida Ajustada encerrou o exercício em R\$ 341 milhões**, após a **emissão, em 2024, de R\$ 420 milhões em debêntures** com vencimento em 7 anos e custo de DI+3,5% a.a.

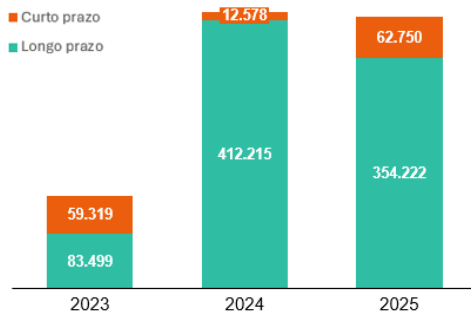
Os recursos captados foram integralmente destinados a substituição de financiamentos anteriores e à simplificação da estrutura de capital da Companhia.

A Companhia mantém **perfil da dívida confortável**, com geração de caixa robusta e capacidade para de acesso ao mercado de capitais para captação de recursos adicionais, caso necessário.

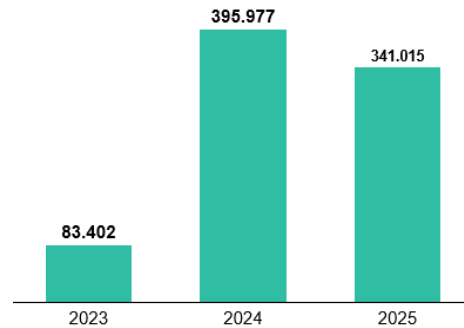
⁴ Esta variação é decorrente do custo de construção, o qual é expurgado do cálculo do EBITDA Ajustado, apresentado anteriormente neste relatório.

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

Dívida Bruta⁵



Dívida Líquida Ajustada⁶



A Dívida Líquida Ajustada é composta da seguinte forma:

Dívida Líquida ajustada	31/12/2024	31/12/2025
Debêntures	412.961	404.498
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.274)	(63.483)
(-) Aplicações financeiras	(3.710)	-
Total	395.977	341.015

Covenants

O contrato das debêntures contém cláusulas de covenants financeiros que estabelecem a manutenção de determinados índices financeiros mínimos e máximos, conforme estabelecido em contrato. Esses covenants são mensurados com base no Índice de Cobertura do Serviço da Dívida⁷ ("ICSD") e na razão Dívida Líquida/EBITDA Ajustado³.

Os Covenants são mensurados semestralmente, e em 31/12/2025 (data de mensuração mais recente) a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice	Limite	31/12/2025
ICSD	≥ 1,2	1,9
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ³	≤ 2,9	2,3

⁵ A Dívida Bruta refere-se à soma de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e operação de confirming.

⁶ A Dívida Líquida Ajustada refere-se ao saldo da dívida bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) e operações de confirming.

⁷ O ICSD deverá ser calculado como a razão entre:

- (A) Geração Operacional de Caixa, correspondente ao Fluxo de Caixa Operacional proveniente das atividades operacionais, considerando o somatório dos recebimentos de contraprestação pública, inclusive aqueles relacionados ao ativo financeiro, bem como de outras Receitas Operacionais, Líquidas de eventuais compartilhamentos com o Poder Concedente, deduzidos os custos e despesas operacionais e administrativos, incluindo tributos e impostos incidentes sobre as receitas; e
- (B) Serviço da Dívida, corresponde à amortização do principal e ao pagamento de juros decorrentes de passivos onerosos assumidos pela Emissora, a serem pagos no respectivo período.

sendo ICSD = A / B.

Transações com partes relacionadas

Em dezembro de 2024, a Companhia realizou operação de mútuo, no valor de R\$ 200 milhões com a Opy Health, sua Controladora, remunerado a CDI + 2% a.a., com vencimento em abril de 2033. A amortização está prevista para ocorrer conforme quadro abaixo, sem prejuízo de antecipações parciais de liquidações por parte da controladora:

Ano	Amortização (Principal + juros)
2025	8,0%
2026	8,0%
2027	8,0%
2028	10,0%
2029	10,0%
2030	10,0%
2031	5,0%
2032	5,0%
2033	36,0%
Total	100,0%

O montante será utilizado na execução dos projetos de crescimento inorgânico do Grupo Opy, com a incorporação de novos ativos ao portfólio de contratos com agentes dos segmentos público e privado.

Em agosto de 2025, o contrato de mútuo foi repactuado entre as partes, estabelecendo nova remuneração em CDI + 4% a.a., mantendo-se as demais condições originais.

Em 31 de outubro de 2025, ocorreu a liquidação parcial do saldo de mútuo pela Controladora (Opy Health) no valor total de **R\$ 87 milhões**, mediante a compensação com dividendos intermediários.

Destaques do Hospital

Centro Transplantador da Região Norte

Em 2025, o Hospital Delphina Aziz consolidou-se como o principal centro transplantador da Região Norte, com destaque para a realização de transplantes renais e hepáticos. No período, a OZN, em conjunto com a equipe assistencial, obteve novo credenciamento para transplante de fígado, ampliando a capacidade assistencial da unidade.

Ao longo do ano, foram realizados 126 transplantes, reforçando a relevância do hospital na oferta de procedimentos de alta complexidade na região. A OZN também apoiou a operação por meio da aquisição de instrumentais e materiais cirúrgicos necessários à realização desses procedimentos.

Tecnologia e Inovação

Em 2025, o Hospital Delphina Aziz passou a integrar o projeto UTI Inteligente, iniciativa do Ministério da Saúde voltada à modernização das Unidades de Terapia Intensiva do SUS, com foco em integração digital, inteligência artificial, telessaúde e monitoramento em tempo real.

A participação no projeto reforça o posicionamento do hospital como referência em alta complexidade na Região Norte e contribuirá para melhores desfechos clínicos, redução de riscos assistenciais e ganhos de eficiência operacional.

O hospital também passou a integrar a Rede Nacional de Hospitais e Serviços de Saúde Inteligentes e Medicina de Alta Precisão, consolidando-se como polo estratégico de inovação e excelência assistencial na Amazônia, com suporte técnico-operacional da OZN nos serviços não assistenciais.

Principais Investimentos e seus impactos

Em 2025, a Companhia realizou investimentos voltados à ampliação da capacidade assistencial, à atualização tecnológica e à melhoria da infraestrutura hospitalar, em linha com as obrigações contratuais e com iniciativas próprias de eficiência operacional.

Entre os principais destaques do período, destacam-se:

- aquisição de instrumentais cirúrgicos especializados para transplantes renais e hepáticos, viabilizando a realização de 126 transplantes no ano;
- aquisição de dois equipamentos de ultrassonografia, ampliando a capacidade de exames da Rede Estadual de Saúde;
- ampliação do arsenal cirúrgico da oftalmologia, permitindo a realização de 12.177 procedimentos oftalmológicos no ano;
- renovação do parque tecnológico do hospital, com a aquisição de 100 computadores; e
- implantação de sistema automatizado de monitoramento contínuo de cloro e pH, com foco em segurança assistencial, eficiência operacional e sustentabilidade da infraestrutura.

Reconhecimento de qualidade e gestão

Em dezembro de 2025, o Hospital Delphina Aziz obteve a certificação ONA Nível 3 (Selo Ouro), que representa o mais alto padrão de qualidade e maturidade em gestão, assistência e segurança do paciente.

No processo de auditoria, a unidade alcançou aproximadamente 95% de conformidade com os requisitos avaliados, acima do mínimo de 85% exigido para certificação.

A conquista reflete a evolução contínua da gestão hospitalar. Em 2023, o hospital obteve a certificação ONA Nível 1; em 2024, avançou para o Nível 2; e, em 2025, atingiu o mais alto nível de acreditação.

Excelência na satisfação dos usuários

A eficiência dos serviços prestados pela OZN é monitorada continuamente por organização verificadora independente, com base em 298 indicadores operacionais que compõem o **Índice de Qualidade (IQ)**.

Em 2025, o IQ médio foi de 98,4%, mantendo o patamar de 2024. **Os indicadores NPS e CSAT também permaneceram em níveis elevados**, reforçando a percepção positiva dos usuários em relação aos serviços prestados.

Meio ambiente e clima

A gestão ambiental da OZN permanece fundamentada nos padrões da ISO 14001, integrada aos Sistemas de Gestão da Qualidade certificados pela ISO 9001. Em 2025, ambas as certificações foram mantidas, reforçando o compromisso da Companhia com práticas sustentáveis e melhoria contínua.

Resíduos

A OZN mantém programa contínuo de gestão de resíduos hospitalares, com foco em segregação correta, rastreabilidade e segurança operacional, em conformidade com o PGRSS, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Resolução nº 222/2018.

No âmbito de sua atuação, a Companhia é responsável pelos resíduos do Grupo D e, no Grupo B, por materiais perigosos específicos, como pilhas, baterias, lâmpadas e eletrônicos. Os resíduos infectantes, perfurocortantes, químicos e farmacêuticos gerados nos atendimentos clínicos permanecem sob responsabilidade do parceiro assistencial.

Acompanhamento em tempo real

Em 2025, a OZN implementou o sistema **Meu Resíduo**, solução que permite monitoramento em tempo real da geração de resíduos, com rastreabilidade, emissão automatizada de documentos ambientais e acompanhamento das obrigações dos terceiros contratados.

A ferramenta permitirá monitoramento por andar do hospital, apoiando a identificação de padrões de geração, descartes inadequados e oportunidades de melhoria na segregação.

Registro público de emissões

Como reforço ao compromisso com a transparência dos impactos ambientais da nossa operação — especialmente no que se refere às emissões de Gases de Efeito Estufa — a OZN passou a integrar, em 2025, o **Registro Público de Emissões**, por meio de sua controladora, Opy Health. A partir dessa inclusão, todas as empresas do Grupo Opy têm seus inventários publicados de forma **individual**, com acesso livre aos públicos interessados.

O Registro Público funciona como uma ferramenta do **Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG)**, onde empresas voluntariamente publicam o quanto emitem de gases causadores do aquecimento global, permitindo o acompanhamento pelos stakeholders.

Essa iniciativa **eleva o padrão de transparência e governança**, fortalece a **credibilidade com reguladores, financiadores e parceiros**, e cria as bases para **gestão ativa de riscos climáticos, eficiência operacional** (redução de consumo e custos) e **planejamento de metas de descarbonização**.

No primeiro ciclo, foi concedido à Opy o **Selo Prata**, que reconhece inventários **completos nos Escopos 1, 2 e 3** (ainda sem verificação externa). Os times de ESG do Grupo Opy foram capacitados pela FGV para elaboração **interna** dos inventários, dispensando consultoria. Como próximo passo, buscamos o **Selo Ouro** para o **Inventário 2026**, a ser **consolidado em 2027**, com **asseguração independente** dos dados.

Divulgações Financeiras relacionadas ao clima

Após o registro da OZN na CVM em 2025, a Companhia iniciou estudos de adequação às futuras exigências de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com apoio de consultoria externa e foco inicial na avaliação da materialidade dos riscos climáticos para os negócios.

Comunicação interna

Ao longo de 2025, a Companhia promoveu ações de conscientização ambiental voltadas aos colaboradores, com destaque para campanhas relacionadas ao **Dia Mundial da Água** e à **Semana do Meio Ambiente**, incluindo atividades educativas, quiz interativo e ações de engajamento sobre sustentabilidade e preservação ambiental.

Governança

A OZN adota modelo de governança estruturado sob a liderança do Conselho de Administração, com suporte das áreas de Operações e Financeira e de Relações com Investidores.

Ética e Integridade

A Companhia mantém Programa de Integridade, Código de Ética e Conduta e políticas corporativas aplicáveis a todas as empresas do Grupo Opy, com foco em transparência, cumprimento das leis e prevenção de riscos.

As iniciativas de compliance são conduzidas pela Área de Integridade centralizada na Opy, responsável pela gestão do programa, due diligence de terceiros, apuração de denúncias, proteção de dados e ações de treinamento e comunicação.

Entre os avanços do período, destacam-se a revisão da Política Anticorrupção, a aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas e a atualização das políticas de privacidade da Companhia.

Novo Canal de Integridade

Um dos principais instrumentos dessa estrutura é o Canal de Integridade, administrado por empresa terceirizada, que assegura confidencialidade, possibilidade de anonimato e não retaliação a denunciante de boa-fé.

No mesmo período, o Canal de Integridade foi reformulado com adoção de nova plataforma tecnológica, incluindo acesso por aplicativo, o que ampliou a facilidade de uso e o acompanhamento das manifestações, sem alteração de seus princípios fundamentais de anonimato, ampla defesa e não retaliação.

Auditoria e Controles Internos

Em 2025, foi criada a área de Auditoria Interna, centralizada na Opy e com atuação sobre todas as empresas do Grupo. Em seu primeiro ano, a área elaborou sua política de atuação e realizou auditorias nos processos de Integridade, Compras e Gestão de Estoques.

Adicionalmente, foi estruturada célula de Controles Internos, com foco em mapeamento de processos, identificação de riscos operacionais, definição de controles, testes periódicos e acompanhamento de planos de ação.

Informações adicionais

A Companhia conduz suas atividades com base nos princípios de prestação de contas, responsabilidade corporativa e aprimoramento contínuo de suas práticas de governança, tendo como referência as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

O modelo de governança também incorpora a agenda ESG como elemento relevante para a geração de valor de longo prazo, com integração progressiva de metas e critérios de sustentabilidade à gestão e à avaliação das lideranças.

Agradecimentos

A Administração registra seu agradecimento aos colaboradores, parceiros, fornecedores, usuários, investidores, ao Poder Concedente e a todos aqueles que contribuíram para mais um ano de importantes realizações da Companhia.

Manaus, 27 de março de 2026.

A Administração.

OZN Health SPE S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros, Diretores e Administradores da
OZN Health SPE S.A.
São Paulo- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da OZN Health SPE S.A. (“OZN” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OZN Health SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativos financeiros e receitas de parcerias público-privadas

Por que é um PAA

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e nº 16 às demonstrações financeiras, as receitas provenientes de parcerias público-privadas são de R\$251.157 mil e o ativo financeiro é de R\$492.218 mil em 31 de dezembro de 2025. O ativo classificado como um ativo financeiro constitui direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção prestados. O reconhecimento dos ativos financeiros e as receitas correspondentes no contexto das parcerias público-privadas possuem complexidades quanto à metodologia de cálculo (incluindo taxa de desconto e reajustes anuais) e alocação dos preços de transação entre receitas de operação, receitas de obra e remuneração sobre o ativo financeiro, bem como as atualizações dos cálculos trimestrais/anuais de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; e (ii) aos julgamentos realizados pela Diretoria na mensuração e no reconhecimento do ativo financeiro de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1), como, por exemplo, determinação da taxa interna de retorno do contrato de concessão (“TIR”), alocação das receitas de construção, operações e atualização do ativo financeiro.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados às atualizações dos ativos financeiros relacionados, bem como o correspondente reconhecimento das receitas de operação, receitas de obras e receitas financeiras desses contratos.
- ii) Leitura do contrato de concessão e recálculo da modelagem aplicável e os respectivos fluxos financeiros, à luz da interpretação técnica ICPC 01 (R1), com foco na determinação da taxa interna de retorno e dos percentuais de alocação entre receitas de construção, operações e atualização do ativo financeiro.
- iii) Execução de teste, em bases amostrais, para as movimentações ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com a inspeção das documentações-suporte aplicáveis, com o objetivo de assegurar a acuracidade de eventuais atualizações efetuadas na modelagem aplicável.
- iv) Avaliação da adequação das divulgações requeridas pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos o reconhecimento dos ativos financeiros e as receitas correspondentes aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

OZN HEALTH SPE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	63.483	13.274	Fornecedores	10	8.185	11.184
Aplicações financeiras	4	-	3.510	Operação de Confirming	10	12.474	11.832
Contas a receber	5	38.418	46.313	Debêntures	13	53.447	746
Impostos a recuperar	6	17.360	16.284	Impostos e contribuições a recolher	11	1.547	5.657
Partes relacionadas	8	14.310	16.000	Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	4.795	1.175
Ativo financeiro	7	108.915	82.877	Obrigações trabalhistas		2.875	2.822
Outros ativos		195	589	Dividendos a Pagar	15	19.816	46.318
Total do ativo circulante		<u>242.681</u>	<u>178.847</u>	Outros passivos		-	98
				Total do passivo circulante		<u>103.139</u>	<u>79.832</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	118.395	184.000	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	70	40
Outros ativos	3	3	19	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	137.627	130.552
Aplicações financeiras	4	-	200	Debêntures.	13	351.051	412.215
Impostos a recuperar	6	71.272	73.336	Impostos e contribuições a recolher	11	246	534
Ativo financeiro	7	383.303	393.614	Total do passivo não circulante		<u>488.994</u>	<u>543.341</u>
Intangível	9	108.214	123.012				
Total do ativo não circulante		<u>681.187</u>	<u>774.181</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	235.908	235.908
				Reserva legal	15	36.379	32.207
				Reserva de lucros	15	59.448	61.740
				Total do patrimônio líquido		<u>331.735</u>	<u>329.855</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>923.868</u>	<u>953.028</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>923.868</u>	<u>953.028</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida dos serviços prestados	16	251.157	233.680
Custo de serviço prestado	17	(61.663)	(58.871)
LUCRO BRUTO		189.494	174.809
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	17	(49.116)	(50.975)
Outras despesas (receitas) operacionais	17	-	100.829
		(49.116)	49.854
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		140.378	224.663
Receita financeira	18	52.027	23.813
Despesa financeira	18	(72.666)	(12.118)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(20.639)	11.695
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		119.739	236.358
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	19	(29.230)	(20.563)
Diferido	19	(7.075)	(20.773)
		(36.305)	(41.336)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		83.434	195.022
Resultado básico e diluído por ação, em R\$	20	0,88	2,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	83.434	195.022
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>83.434</u>	<u>195.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital Social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		235.908	22.456	150.721	-	409.085
Lucro líquido do exercício		-	-	-	195.022	195.022
Distribuição de dividendos intermediários	15	-	-	(150.721)	-	(150.721)
Distribuição de dividendos intercalares	15	-	-	(32.812)	-	(32.812)
Constituição de reserva legal	15	-	9.751	-	(9.751)	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	(46.318)	(46.318)
Constituição de retenção de lucros	15	-	-	138.953	(138.953)	-
Juros sobre capital próprio	15	-	-	(44.401)	-	(44.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<u>235.908</u>	<u>32.207</u>	<u>61.740</u>	<u>-</u>	<u>329.855</u>
Lucro líquido do período		-	-	-	83.434	83.434
Distribuição de dividendos intercalares	15	-	-	(61.738)	-	(61.738)
Constituição de reserva legal	15	-	4.172	-	(4.172)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	(19.816)	(19.816)
Constituição de retenção de lucros	15	-	-	59.446	(59.446)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		<u>235.908</u>	<u>36.379</u>	<u>59.448</u>	<u>-</u>	<u>331.735</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		119.739	236.358
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Remuneração de ativo financeiro de concessão	7	(108.290)	(96.644)
Amortização de ativo intangível	9	14.798	14.798
Juros financiamentos, debêntures e arrendamentos	13	71.215	11.113
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS e atualização monetária	6	(16.010)	(78.475)
Juros sobre empréstimos entre partes relacionadas a receber	8	(31.365)	-
Ajuste a valor presente	18	(124)	(845)
Provisão (reversão) para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	30	27
Bônus de adimplência	13	-	(2.103)
Partes relacionadas	8 e 25	11.604	-
Estorno de PIS e COFINS diferidos	11	-	(44.293)
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro		61.597	39.936
Variação no capital circulante:			
Contas a receber	5	7.895	29.150
Impostos a recuperar	6 e 25	(7.437)	(13.456)
Ativo financeiro	7	102.870	95.362
Outros ativos e passivos		312	904
Fornecedores e prestadores de serviços	10	(2.999)	6.353
Partes relacionadas	8 e 25	-	-
Obrigações trabalhistas		53	587
Impostos a recolher	11	(4.398)	(985)
Caixa gerado nas operações		157.893	157.852
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	12	(1.175)	(9.386)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(70.950)	(20.766)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		85.768	127.699
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	7	(10.307)	(8.338)
Aplicações financeiras	4	3.710	-
Mútuo - partes relacionadas	8 e 25	-	(200.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(6.597)	(208.338)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Operação de Confirming	10	766	(1.389)
Dividendos pagos	15	(21.000)	(201.713)
Juros sobre capital próprio pagos	15	-	(40.591)
Amortização principal de empréstimos	13	(8.400)	(117.134)
Ingresso de Empréstimo e financiamentos	13	-	412.215
Custo de emissão de Debênture	13	(328)	-
Aplicação depósitos vinculados	4	-	5.594
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(28.962)	56.982
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		50.209	(23.656)
Caixa e equivalentes no início do exercício	3	13.274	36.930
Caixa e equivalentes no final do exercício	3	63.483	13.274
Variação do caixa e equivalentes		50.209	(23.656)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

OZN HEALTH SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas	<u>263.492</u>	<u>300.300</u>
Receita de contrato com cliente	263.348	243.682
Outras receitas	144	56.618
Insumos adquiridos de terceiros	(73.115)	(72.198)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(49.754)	(46.657)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(23.361)</u>	<u>(25.541)</u>
Valor adicionado bruto	190.377	228.102
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(14.798)	(14.798)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>175.579</u>	<u>213.304</u>
Valor adicionado recebido em transferência	52.027	23.813
Receitas financeiras	52.027	23.813
Valor adicionado total a distribuir	<u>227.606</u>	<u>237.117</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>227.606</u>	<u>237.117</u>
Pessoal	<u>16.808</u>	<u>16.297</u>
Remuneração direta	13.190	12.665
Benefícios	2.629	2.599
FGTS	989	1.033
Impostos, taxas e contribuições	<u>54.572</u>	<u>13.390</u>
Federais	42.241	1.712
Municipais	12.331	11.678
Remuneração de capitais de terceiros	<u>72.792</u>	<u>12.408</u>
Juros	71.216	12.118
Aluguéis	122	273
Outros	1.454	17
Remuneração de capitais próprios	<u>83.434</u>	<u>195.022</u>
Dividendos	19.816	46.318
Lucros retidos	63.618	148.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A OZN Health SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de propósito específico, com sede em Manaus (AM), constituída em 30 de abril de 2013 e detém a parceria público-privada com o Governo do Estado do Amazonas que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia é controlada integralmente pela OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A. (“Controladora”), a qual, por sua vez, tem como controlador final o fundo IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE.

Em 2 de setembro de 2025, a Companhia obteve o registro Categoria B junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia não realizou, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.6. As mudanças nas políticas contábeis materiais estão descritas na nota explicativa 2.7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Continuidade operacional

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira da Companhia e tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

2.5 Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

2.5.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

2.5.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 14.

2.5.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho.

2.5.4 Perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

2.6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

2.6.2 Contas a receber

Representa em grande parte os saldos a receber contratualmente previstos junto ao Poder Concedente referente às contraprestações mensais que a Companhia passou a fazer jus após o início das operações do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz.

2.6.3 Impostos a recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos da operação do Hospital. Os referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação do Hospital. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundo de suas operações. A Companhia espera utilizar estes saldos ao longo de seu contrato de concessão.

2.6.4 Contratos de concessão - ativo financeiro

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e OCPC-05 e, por se tratar de contrato de execução, onde os serviços de construção representam geração de receita adicional durante o prazo da concessão, o reconhecimento do direito (de explorar) e das obrigações (de construir) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como Ativo Financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção.

Para mensurar esta classificação, a Companhia utiliza como critério: a proporção da receita garantida, que é a receita que não depende de demanda, sobre a receita total, que é a soma das receitas de contraprestação oriundas do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente.

Dos valores faturados referentes à Contraprestação Pública Máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro.

2.6.5 Intangível

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la e o valor a ser recebido depende da demanda. Um ativo intangível, recebido como contraprestação por serviços de construção fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. Esta estimativa de vida útil é a premissa utilizada para o cálculo de amortização do saldo do intangível.

2.6.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos.

2.6.7 Empréstimos e financiamentos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os financiamentos, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

2.6.8 Impostos a recolher

Representa os saldos a recolher oriundos das operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar.

2.6.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes à impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

2.6.10 Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Receitas de operação

Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão do Hospital e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.

Receitas de remuneração do ativo financeiro

São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro a uma taxa pré-fixada no Contrato de Concessão e que, conforme descrito na nota explicativa nº 7, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior.

Receitas de construção

Representam as receitas reconhecidas pela Companhia em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis do Hospital. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras e aquisição de equipamentos ao final de cada exercício.

Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de financiamentos, debentures e operações de Confirming da Companhia. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida.

Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.6.11 Resultado por ação

O resultado por ação é cálculo por meio do lucro por ação básico, que é obtido pela divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

2.6.12 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia realiza a classificação de seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Os ativos financeiros não são reconhecidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o não reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

2.6.14 Informações por segmento

As informações por segmento de negócio são apresentadas na nota explicativa nº 24 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

2.6.15 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS Accounting Standards.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativo se a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros da controlada, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.7 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não trouxe impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulados Falta de conversibilidade. A Companhia adotou as alterações à IAS 21s, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). A Companhia adotou a orientação técnica OCPC 10, pela primeira vez no exercício corrente. Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

2.8 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir já emitidas e ainda não aplicáveis no exercício corrente.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. Esta norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar às IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A Companhia espera que suas subsidiárias possam beneficiar-se deste novo pronunciamento, entretanto, ainda está avaliando se os reguladores locais aprovarão a aplicação da IFRS 19. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais. As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7) são:

Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica

As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico.

Classificação de ativos financeiros

- **Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo**

As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG).

- **Ativos financeiros com características ‘non-recourse’**

As alterações aprimoram a descrição do termo ‘non-recourse’, em especial para especificar que um ativo financeiro possui características de ‘non-recourse’ quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos.

- **Instrumentos contratualmente vinculados**

As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação.

Divulgações

- **Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Os requisitos do IFRS 7 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período.

- **Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais**

As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida adoção antecipada. Se uma entidade optar por aplicar essas alterações em um período anterior, ela deverá:

- Aplicar todas as alterações ao mesmo tempo e divulgar esse fato; ou
- Aplicar apenas as alterações relacionadas à classificação de ativos financeiros para esse período anterior e divulgar esse fato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com a IAS 8, com exceções específicas.

Exceto pelo IFRS 18, os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	66	41
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	63.417	13.233
	<u>63.483</u>	<u>13.274</u>

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) remunerados a uma taxa média de aproximadamente 105,79% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (99,00% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição do saldo apresentado de aplicações financeiras é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
BASA	-	2.541
Santander	-	1.169
	<u>-</u>	<u>3.710</u>
Circulante	-	3.510
Não circulante	-	200

No mês de maio de 2025, as aplicações financeiras mantidas no ativo circulante e não circulante, que atuavam como garantias dadas pela Companhia e títulos de capitalização junto às instituições financeiras Banco Santander e Banco da Amazônia relativo à contratação das cartas-fiança existentes até o período anterior, foram encerradas e resgatadas.

5 CONTAS A RECEBER

Referem-se aos saldos a receber junto à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SES-AM decorrentes da contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais referentes à primeira fase do complexo hospitalar Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contraprestação pública	38.405	46.300
Receitas acessórias	13	13
	<u>38.418</u>	<u>46.313</u>

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos.

O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valores a Vencer	38.027	35.742
Vencidos	-	-
De 1 a 30 dias	-	13
Acima de 360 dias (i)	391	10.558
	<u>38.418</u>	<u>46.313</u>

A Administração entende que não é necessário o reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas, devido ao Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas ser garantidor do recebimento de até três contraprestações mensais nos termos do Contrato de Concessão. Dado que as notas fiscais foram emitidas e atestadas pelo poder concedente, o direito do recebimento é incontestável. A companhia pode acionar a qualquer momento o Fundo de Parcerias Público-Privadas para o recebimento total das contraprestações vencidas.

- (i) No Ano de 2025 ocorreu o recebimento de R\$10.179 referente a parcela de contraprestação que estava em discussão com a SES-AM através de protocolos e ofícios. O saldo remanescente será recebido até 31 de dezembro de 2026.

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS/COFINS (a)	84.359	85.532
IRPJ/CSLL(b)	3.192	3.070
Outros	1.081	1.018
	<u>88.632</u>	<u>89.620</u>
Circulante	17.360	16.284
Não Circulante	71.272	73.336

- (a) O montante refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS reconhecidos ao longo de 2024 pela Companhia. Em maio de 2020, a Companhia ingressou com ação judicial visando à suspensão da incidência de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, com fundamento na tese de que suas atividades estariam abrangidas pelos benefícios fiscais aplicáveis à Zona Franca de Manaus.

Em novembro de 2024, foi proferida decisão favorável à Companhia, em trânsito em julgado. Em decorrência disso, os valores de PIS e COFINS recolhidos no período de 2017 a 2022 foram reconhecidos como crédito tributário, passível de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, nos termos da legislação aplicável.

- (b) O montante corresponde aos impostos retidos na fonte pelo poder concedente referente as notas de serviços prestados.

7 ATIVO FINANCEIRO

Saldo em 1 de janeiro de 2024	<u>466.872</u>
Recebimentos	(95.362)
Atualização monetária do ativo financeiro (*)	96.644
Adições	8.337
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>476.491</u>
Circulante	82.877
Não Circulante	393.614
Saldo em 1 de janeiro de 2025	<u>476.491</u>
Recebimentos	(102.870)
Atualização monetária do ativo financeiro (*)	108.290
Adições	10.307
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>492.218</u>
Circulante	108.915
Não Circulante	383.303

A Companhia apresentou um ativo financeiro no montante de R\$492.218 em 31 de dezembro de 2025 (R\$476.491 em 31 de dezembro de 2024) representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais que remuneram a concessão. Os juros e as atualizações monetárias incorridos no período findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$108.290 (R\$96.644 em 31 de dezembro de 2024), registrados como receita de remuneração do ativo financeiro.

A Companhia reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 11,50% ao ano, em conformidade com as disposições do Contrato de Concessão.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurada por meio da metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Adicionalmente o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente através da cesta de índices de reajustes sobre o contrato de concessão que apresentou na totalidade 6,39% em 2025 e 4,41% para o ano de 2024.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de impairment no ativo financeiro.

8 OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia realizou operação de Mútuo, no valor de R\$200.000 na data de 26 de dezembro de 2024 à Mutuária (**OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.**), corrigido a 100% da taxa CDI, acrescida de 2% a.a., calculados a partir de janeiro de 2025, com vencimento em abril de 2033. A amortização ocorrerá conforme quadro abaixo:

Ano	Amortização (Principal + juros)
2025	8,0%
2026	8,0%
2027	8,0%
2028	10,0%
2029	10,0%
2030	10,0%
2031	5,0%
2032	5,0%
2033	36,0%
Total	100,0%

Repactuação da taxa de juros

Em 25 de agosto de 2025, foi aprovado em ato societário, a repactuação da taxa do Mútuo realizado entre a Companhia e à Mutuária (OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A). Após a repactuação, a taxa passou de 100% da taxa CDI, acrescida de 2% a.a., para 100% da taxa CDI, acrescida de 4% a.a., calculados a partir de 01 de setembro de 2025.

Em 31 de outubro de 2025, ocorreu o abatimento parcial do saldo de mútuo com a mutuária (OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A) no valor total de R\$87.056, mediante a compensação com dividendos intermediários, sendo R\$46.318 já existentes no Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2025 e R\$40.738 associados a reserva de lucros apresentada no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2024.

Partes Relacionadas	Modalidade	Data da captação	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em	
						31/12/2025	31/12/2024
OPY HEALTH	Mútuo	26/12/2024	01/04/2033	100% CDI e 4% a.a.	200.000	132.705	200.000
					200.000	132.705	200.000
Circulante						14.310	16.000
Não Circulante						118.395	184.000

Mútuo – partes relacionadas	Principal			Juros e encargos		
	31/12/2024	Adições	Pagamentos	Adições	Pagamentos	31/12/2025
Mútuo – partes relacionadas	200.000	-	(71.310)	31.365	(27.350)	132.705
	200.000	-	(71.310)	31.365	(27.350)	132.705

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas, são:

	Relação	31/12/2025	31/12/2024
Resultado			
<u>Custo dos serviços prestados</u>			
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	Acionista	(12.132)	(10.633)
Opy Serviços Hospitalares S.A (i)	Parte relacionada	(3.120)	(5.283)
<u>Resultado financeiro</u>			
Receita de juros sobre mútuo com partes relacionadas	Acionista	31.365	-
		16.113	(15.916)

- (i) Refere-se a prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados. Estas prestações foram todas liquidadas dentro do exercício.

	Dividendos a pagar	
	31/12/2025	31/12/2024
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A	19.816	46.318
	19.816	46.318

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração é paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados, referindo-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e pró-labore, no montante de R\$2.062 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e R\$3.383 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Não houve pagamentos realizados diretamente pela Companhia de tais benefícios para os mesmos exercícios.

9 INTANGIVEL

Corresponde ao direito da Companhia de cobrar pelo uso da infraestrutura ou de explorá-la, junto ao poder concedente, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

Direito de uso de concessão 2025

Custo

Saldo em 31 de dezembro de 2024	265.298
Saldo em 31 de dezembro de 2025	265.298

Amortização acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2024	(142.286)
Amortização do período	(14.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(157.084)

Saldo Residual Líquido

Em 31 de dezembro de 2024	123.012
Em 31 de dezembro de 2025	108.214

10 FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE CONFIRMING

A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores - confirming (a)	13.381	12.615
Ajuste valor presente - confirming	(907)	(783)
Fornecedores – terceiros	8.185	11.184
	<u>20.659</u>	<u>23.016</u>

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 22.

- (a) A Companhia mantém convênios de *confirming* com instituições financeiras para gestão de seus compromissos junto a fornecedores estratégicos. Nessas operações, os fornecedores cedem seus direitos de recebimento às instituições financeiras, que realizam o pagamento antecipado dos títulos mediante aplicação de uma taxa de desconto de 1,34%, passando a serem credoras da operação até a liquidação final, mantidos os prazos e valores originalmente pactuados, de até 120 dias.

As operações de *confirming* possuem condições comerciais específicas e, por essa razão, são classificadas como atividades de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Após revisão da composição da carteira, a Administração concluiu que não houve alteração nos prazos ou nas demais condições contratuais das obrigações com fornecedores. O principal objetivo dessas operações é oferecer aos fornecedores uma alternativa de antecipação de seus recebíveis, sem modificação substancial das condições comerciais originalmente estabelecidas com a Companhia.

Movimentação fornecedores Confirming

	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2025</u>
Fornecedores Confirming	12.615	31.561	(30.795)	13.381
Total	<u>12.615</u>	<u>31.561</u>	<u>(30.795)</u>	<u>13.381</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores Confirming	14.004	29.086	(30.475)	12.615
Total	<u>14.004</u>	<u>29.086</u>	<u>(30.475)</u>	<u>12.615</u>

11 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pis e COFINS a recolher (i)	420	754
IOF a recolher (ii)	-	3.684
Outros impostos	1.373	1.753
	<u>1.793</u>	<u>6.191</u>
Circulante	1.547	5.657
Não circulante	246	534

- (i) Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Medida Provisória Nº 783, de 31 de maio de 2017, para parcelamento de débitos de PIS e COFINS até março de 2017 de R\$13.745 (incluindo multas e juros). Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou o pagamento de 117 parcelas, restando 29 parcelas a serem pagas mensalmente.
- (ii) IOF a recolher referente ao mútuo. Os detalhes desta operação estão detalhados na nota explicativa nº 8.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ a Recolher	2.601	289
CSLL a Recolher	2.194	886
	<u>4.795</u>	<u>1.175</u>

Conciliação do IRPJ e CSLL corrente:

	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>
Saldo a pagar 31 de dezembro 2024	289	886	1.175
Provisão impostos	21.418	7.812	29.230
Compensação impostos IRRF	(12.520)	-	(12.520)
Compensação impostos Perd/Comp	(6.297)	(5.618)	(11.915)
Pagamento impostos	(289)	(886)	(1.175)
Saldo a pagar 31 de dezembro de 2025	<u>2.601</u>	<u>2.194</u>	<u>4.795</u>

A conciliação do IR e CSLL corrente e diferido está demonstrada na nota explicativa nº 19.

13 DEBÊNTURES

Em 26 de novembro de 2024, a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, e de espécie quirografária, no valor de R\$420.000, com prazo de 7 anos, remuneração equivalente a CDI + 3,50% ao ano e carência de 11 meses para amortização do principal.

Os recursos captados foram integralmente destinados à quitação de contratos de financiamentos anteriormente celebrados com o Banco da Amazônia (BASA), BNDES, Banco Votorantim, bem como ao pagamento de dividendos e à liquidação de mútuos com partes relacionadas.

A operação conta com garantia fidejussória, representada por carta fiança no valor equivalente a três parcelas vincendas da dívida, emitida em favor do agente Fiduciário, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Adicionalmente, foram constituídas as seguintes garantias reais:

- (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Concessão, conforme cláusula 4;
- (ii) alienação fiduciária das ações da Companhia detidas pela Controladora.

A emissão é regida, entre outros, pelos seguintes instrumentos: (i) Escritura de Emissão; (ii) Contratos de Garantia, incluindo a alienação de ações e a cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, celebrado entre a emissora, a fiadora e as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iv) Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário (“Contrato Serviços de Cauções e Outros”); (v) demais instrumentos celebrados com prestadores de serviços contratados no âmbito da emissão e da oferta; e (vi) eventuais aditamentos e anexos aos documentos mencionados nos itens acima.

O saldo principal encontra-se apresentado líquido dos custos de transação, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no período:

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
					31/12/2025	31/12/2024
Debentures	20/12/2024	26/11/2031	100% DI+3,5%a. a	420.000	404.498	412.961
Circulante (Principal)					54.561	746
Circulante (Custo emissão debentures)					(1.114)	-
					53.447	746
Não circulante (Principal)					358.029	420.000
Não circulante (custo emissão debentures)					(6.978)	(7.785)
					351.051	412.215
Total					404.498	412.961

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Debêntures	Principal			Juros e encargos		31/12/2025
	31/12/2024	Adições	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
Debêntures emitidas	420.000	-	(8.400)	-	-	411.600
Juros Contrato	1.492	-	-	71.054	-	72.546
Amortização juros contrato	(746)	-	-	-	(70.950)	(71.696)
Custo com emissão debentures	(7.785)	(328)	-	161	-	(7.952)
	412.961	(328)	(8.400)	71.215	(70.950)	404.498

Debêntures	Principal			Juros e encargos		31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
Debêntures emitidas	-	420.000	-	-	-	420.000
Juros Contrato	-	-	-	1.492	-	1.492
Amortização juros contrato	-	-	-	-	(746)	(746)
Custo com emissão debentures	-	(7.785)	-	-	-	(7.785)
	-	(412.215)	-	1.492	(746)	412.961

13.1. Covenants

O contrato das debêntures contém cláusulas de covenants financeiros que estabelecem a manutenção de determinados índices financeiros mínimos e máximos, conforme estabelecido em contrato. Esses covenants são mensurados com base no Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") e na razão Dívida Líquida/EBITDA Cash.

O ICSD deverá ser calculado como a razão entre:

- (A) *Geração Operacional de Caixa*, correspondente ao Fluxo de Caixa Operacional proveniente das atividades operacionais, considerando o somatório dos recebimentos de contraprestação pública, inclusive aqueles relacionados ao ativo financeiro, bem como de outras Receitas Operacionais, líquidas de eventuais compartilhamentos com o Poder Concedente, deduzidos os custos e despesas operacionais e administrativos, incluindo tributos e impostos incidentes sobre as receitas; e
- (B) *Serviço da Dívida*, corresponde à amortização do principal e ao pagamento de juros decorrentes de passivos onerosos assumidos pela Emissora, a serem pagos no respectivo período.

sendo $ICSD = A / B$.

A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo mútuos, avais e emissões de títulos de renda fixa no mercado nacional ou internacional, acrescido do montante de operações de risco sacado que excedam o valor total de R\$15.000.

O EBITDA Cash é calculado com base no período de 12 meses anteriores à respectiva data de apuração, e corresponde ao lucro ou prejuízo antes de:

- (a) impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias;
- (b) despesas de depreciação e amortização; e
- (c) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras.

Para fins de cálculo do EBITDA Cash, são excluídos:

- 1) receitas de remuneração de ativo financeiro;
- 2) receitas de construção, baixas do ativo financeiro relacionados à concessão ou à sua remuneração, bem como os impostos incidentes sobre o ativo financeiro; e
- 3) custos de construção.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,2, sendo apurado semestralmente, com base nos valores acumulados dos últimos doze meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da OZN.

Adicionalmente, a razão Dívida Líquida/EBITDA Cash deve ser igual ou inferior aos seguintes limites discriminados abaixo, conforme o ano de apuração:

Período	Limite Div. Líq / EBITDA Cash
2024	<= 3,0
2025	<= 2,9
2026 e 2027	<= 2,5
2028 e 2029	<= 2,0
2030 e 2031	<= 1,0

Os Covenants são mensurados semestralmente, e em 31 de dezembro de 2025 (data de mensuração mais recente) a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice	Limite	12 meses LTM
		31/12/2025
ICSD	>= 1,2	1,9
Dívida Líquida/EBITDA Cash	<= 2,9	2,3

14 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Trabalhistas

As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de configuração de doenças ocupacionais. Sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

A movimentação das provisões para riscos trabalhistas, pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Provisão</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2025</u>
Trabalhista	40	70	(40)	70
Total	40	-	-	70

	<u>31/12/2023</u>	<u>Provisão</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhista	13	40	(13)	40
Total	13	40	(13)	40

Na data das demonstrações financeiras, a Companhia não possui processos classificados com risco de perda possível ou remota.

A Administração mantém acompanhamento contínuo de eventuais riscos legais, tributários, cíveis, trabalhistas ou regulatórios que possam impactar suas operações, revisando periodicamente suas estimativas e classificações de risco.

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$235.908, representado por 94.500.000 ações, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.	94.500	235.908	100,00%	94.500	235.908	100,00%
	94.500	235.908	100,00%	94.500	235.908	100,00%

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Em 28 de fevereiro de 2025 e 30 de abril de 2025 foram ratificadas em assembleia a distribuição e pagamentos de Juros Sobre Capital Próprio, Dividendos intermediários e Dividendos intercalares, relativos a lucros auferidos pela Companhia em exercícios anteriores, conforme demonstrativo abaixo:

Data Pagamento	Ano Base	Juros Capital Próprio	Dividendos	Total
29/11/2024	2021/2022	19.000	-	19.000
26/12/2024	2019	-	1.727	1.727
26/12/2024	2020	-	5.856	5.856
26/12/2024	2021	-	8.317	8.317
26/12/2024	2022	-	29.546	29.546
26/12/2024	2023	-	54.564	54.564
26/12/2024	2024	-	62.490	62.490
26/12/2024	2024	-	3.684	3.684
27/12/2024	2024	-	10.200	10.200
		19.000	176.384	195.384

Em 28 de fevereiro de 2025, foi ratificado em assembleia o pagamento de dividendos intermediários no montante R\$10.000, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 que foram pagos em 07 de fevereiro de 2025.

Em 28 de fevereiro de 2025 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intermediários no montante R\$11.000, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 que foram pagos em 10 de março de 2025.

Em 14 de outubro de 2025 foi aprovado em ato societário o abatimento parcial do saldo credor de mútuo com a mutuária (OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A) no montante R\$87.056. O abatimento foi realizado por meio da compensação de dividendos intermediários no montante de R\$46.318 já existentes no Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2025 além da nova deliberação de R\$40.738.

Segue demonstrativo abaixo dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

2025:

Data de pagamento	Juros Capital Próprio	Dividendos	Total
07/02/2025	-	10.000	10.000
10/03/2025	-	11.000	11.000
31/10/2025	-	40.738	46.318
31/10/2025	-	46.318	40.738
	-	108.056	108.056

2024:

Data de pagamento	Juros Capital Próprio	Dividendos	Total
09/01/2024	25.401		25.401
09/01/2024	-	629	629
26/02/2024	-	7.700	7.700
27/03/2024	-	2.500	2.500
20/04/2024	-	7.000	7.000
20/06/2024	-	7.500	7.500
29/11/2024	19.000	-	19.000
26/12/2024	-	1.727	1.727
26/12/2024	-	5.856	5.856
26/12/2024	-	8.317	8.317
26/12/2024	-	29.546	29.546
26/12/2024	-	54.564	54.564
26/12/2024	-	62.490	62.490
26/12/2024	-	3.684	3.684
27/12/2024	-	10.200	10.200
	44.401	201.713	246.114

Dividendos mínimos obrigatórios

Resultado do exercício	83.434
(-) Constituição da reserva legal	4.172
(=) Base distribuível	79.262
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	19.816
(=) dividendos mínimos obrigatórios em 31/12/2025	19.816

Reserva de lucros

Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

Reserva de Lucros	31/12/2025	31/12/2024
Saldo início do exercício	61.740	150.721
Distribuição de dividendos intercalares	(61.738)	(32.812)
Distribuição de dividendos intermediários	-	(150.721)
Juros sobre capital próprio	-	(44.401)
Constituição de retenção de lucros	59.446	138.953
Saldo final do exercício	59.448	61.740

16 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação (i)	144.750	138.702
Receita de remuneração do ativo de concessão (ii)	108.290	96.644
Receita de construção (iii)	10.307	8.337
Outras Receitas	141	82
Total de receitas	263.488	243.765
Impostos sobre serviços (iv)	(12.331)	(10.085)
	(12.331)	(10.085)
Total da Receita Líquida	251.157	233.680

- (i) Receita de Operação e Manutenção sobre operacionalização dos serviços correspondentes ao gerenciamento e fiscalização da operação e manutenção dos serviços não assistenciais do Hospital tais como, lavanderia, nutrição, portaria, telefonia, vigilância, esterilização, limpeza, manutenção predial, informática e manutenção de equipamentos. A receita de desenvolvimento da infraestrutura está relacionada apenas à construção do hospital, de modo que fora reconhecida no resultado à medida da conclusão da obra.
- (ii) É composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares) conforme divulgado na nota explicativa 7 – Ativo financeiro.

- (iii) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC-01 (R1) e OCPC-05.
- (iv) O imposto incidente sobre as receitas operacionais conforme legislação tributária vigente é: Imposto sobre Serviços – ISS 5%.

17 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Materiais e serviços de obra	(10.036)	(7.598)
Gasto com pessoal	(20.665)	(19.942)
Serviços de terceiros	(48.823)	(49.620)
Manutenção e Limpeza hospitalar	(12.730)	(13.451)
Depreciação e amortização	(14.798)	(14.798)
Consumíveis e outros	(1.761)	(2.112)
Ajuste a valor presente (a)	-	845
Crédito extemporâneo e estorno de PIS e COFINS diferidos (b)	-	97.908
Outros	(1.966)	(249)
	<u>(110.779)</u>	<u>(9.017)</u>
Custo de serviço prestado	(61.663)	(58.871)
Despesas gerais e administrativas	(49.116)	(50.975)
Outras despesas (receitas) operacionais	-	100.829

(a) Foram calculados e registrados ajustes a valor presente das operações de contas a receber e fornecedores confirming, quando considerados relevantes. Este cálculo foi realizado com base em taxas que refletiam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos. Os juros foram transferidos para o resultado, pelo regime de competência.

(b) Vide nota explicativa nº 6.

18 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	4.528	1.763
Juros sobre mútuo (i)	31.365	-
Atualização Monetária (ii)	16.010	19.936
Descontos obtidos	-	2.114
Outros	124	-
Total de receitas	52.027	23.813
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos.	(71.215)	(11.115)
Outras despesas financeiras	(1.451)	(1.003)
Total das despesas	(72.666)	(12.118)
Resultado financeiro líquido	(20.639)	11.695

- (i) Trata-se da receita de juros incorrida sobre o contrato de mútuo a receber junto a partes relacionadas, o qual está descrito na nota explicativa 8.
- (ii) Trata-se da atualização sobre os créditos de PIS e COFINS originados do Processo, o qual está mencionado na nota explicativa 6.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos apresentados no balanço patrimonial

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre crédito extemporâneo de PIS e COFINS	12.995	16.469
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita de construção	124.632	114.083
	137.627	130.552

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	119.739	236.358
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(40.711)</u>	<u>(80.362)</u>
Juros Sobre Capital Próprio	-	15.096
Reconhecimento de crédito extemporâneo	-	24.499
Outros Ganhos Financeiros referentes à atualização monetária de créditos tributários de PIS/COFINS (i)	3.062	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	1.344	(569)
	<u>(36.305)</u>	<u>(41.336)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	<u>(36.305)</u>	<u>(41.336)</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(29.230)	(20.563)
Diferido	(7.075)	(20.773)
	<u>(36.305)</u>	<u>(41.336)</u>
Alíquota Efetiva	30%	17%

(i) Relativo à porção de atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS (cujo contexto é informado na nota explicativa nº 6), que, embora tenha sido reconhecida contabilmente pelo regime de competência, não atendeu aos critérios fiscais para tributação.

20 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos exercícios de 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Numerador		
Resultado Líquido do exercício	83.434	195.022
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	94.500	94.500
Resultado básico por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária	<u>0,88</u>	<u>2,06</u>

21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “*input*” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “*inputs*” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “*inputs*” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “*input*” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

22 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco é controlar as exposições de mercado dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

(a) Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, em bases anuais, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

(b) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos (ver notas explicativas nº 3 e 4).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, conseqüentemente, na remuneração destes ativos.

A Companhia possui contrato de mútuo firmado com a OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (ver nota explicativa nº 8).

Passivos

A companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como “operações confirming”. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa pré-fixada, em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, (ver nota explicativa nº 10).

Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de debêntures emitidas.

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Exposição a taxas de juros pré-fixadas</u>		
<i>Ativos</i>		
Ativo financeiro	492.218	476.491
Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas	<u>492.218</u>	<u>476.491</u>
<u>Exposição às taxas de juros pós-fixadas</u>		
<i>Ativos</i>		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	63.417	13.233
Aplicações financeiras	-	3.710
Mútuo – partes relacionadas	132.705	200.000
<i>Passivos</i>		
Debêntures	(404.498)	(412.961)
Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada	<u>(208.376)</u>	<u>(196.018)</u>
Exposição líquida total a taxas de juros	<u>283.842</u>	<u>280.473</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise, os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2025;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 21 de janeiro de 2026, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP. **Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	31/12/2025	Exercício até 31 de dezembro de 2026				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	14,90%	14,90%	7,45%	11,18%	18,63%	22,35%

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/12/2025		Exercício até 31 de dezembro de 2026			
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Operação	Risco						
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação o CDI	63.417	72.866	68.142	70.504	75.228	77.591
Mútuo	CDI	132.706	152.479	142.593	147.536	157.422	162.366
		196.123	225.345	210.734	218.040	232.651	239.956
Efeito de ganho (perda)			29.222	(14.611)	(7.306)	7.306	14.611
Passivos financeiros		31/12/2025		Exercício até 31 de dezembro de 2026			
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Debênture	Variação CDI	404.498	464.768	434.633	449.701	479.836	494.903
		404.498	464.768	434.633	449.701	479.836	494.903
Efeito de ganho (perda)			(60.270)	30.135	15.068	(15.068)	(30.135)
Efeito de ganho (perda), líquido			(31.048)	15.524	7.762	(7.762)	(15.524)

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é atualizada anualmente por uma cesta de índices definida em contrato, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

(c) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a incorrer	Valor contábil em 31/12/2025
Debêntures	110.745	99.698	389.247	599.690	(195.192)	404.498
Fornecedores, incluindo confirming	20.659	-	-	20.659	-	20.659
Passivos financeiros	131.404	99.698	389.247	620.349	(195.192)	425.157

O quadro acima representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento considerando o cumprimento de cláusulas restritivas.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento. Adicionalmente, as posições são lastreadas pelo Fundo Garantidor de Crédito, que mitiga o risco de perdas.

23 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

31/12/2025				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Chubb Seguros S.A.	Risco Operacional	0202049996	Jul/2025 a Jul/2026	724.976
Fator Seguros S.A.	Resp. Civil	5100004265	Jun/2025 a Jun/2026	30.000
Ezze Seguros S.A.	Seguro e Garantia	7507055435	Mai/2025 a Mai/2026	4.123
				759.099

Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária

A Companhia mantém em favor do Poder Concedente, garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento Hospital OZN Health de Manaus, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM). As garantias serão atualizadas anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$4.123.

24 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações reportadas a Diretoria Executiva (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho do negócio se concentram nas estruturas da operação de concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz. Dessa forma, a Companhia conta com apenas um segmento operacional.

25 INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Compensação entre empréstimos com partes relacionadas a receber e despesas entre partes relacionadas a pagar	11.604	-
Compensação entre mútuos com partes relacionadas a receber e dividendos a pagar	87.056	-
Compensação entre crédito de imposto de renda retido na fonte (sobre serviços prestados e aplicações financeiras) e imposto de renda a recolher	12.520	11.824
Compensação de tributos federais (IRPJ/CSLL x PIS/COFINS) via Perd/Comp	11.915	-

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 07 de janeiro de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração a deliberação no montante de R\$53.500 de dividendos intercalares a pagar à OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A, conforme valor apurado em balanço patrimonial intermediário levantado em 30 de setembro de 2025. Os dividendos ora declarados foram pagos à acionista da Companhia na mesma data.

27 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2026.

DIRETOR PRESIDENTE E DE OPERAÇÕES

Thiago Nery Python

DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Felipe Rodrigues Tonetti

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC 286.064/O-3